

Reformulação da política estadual de custeio da assistência farmacêutica com foco nos serviços farmacêuticos

Autores: Jans Bastos Izidoro, Grazielle Dias da Silva, Carolina Andrade de Oliveira Dibai, Debora Carolina Medeiros de Oliveira, Mariana Peres Carneiro, Isabella Corradi dos Santos, Isabella Cristina Plácido de Oliveira Pacheco

Instituição: Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais - Belo Horizonte - MG - Brasil

Introdução: O custeio da Assistência Farmacêutica (AF) ambulatorial no Brasil foi historicamente voltado para a disponibilidade de medicamentos. Recentemente, a Política Nacional de Atenção Básica⁽¹⁾ expõe a necessidade de execução de outros serviços farmacêuticos que não a mera disponibilidade deste insumo. Somado a isso, percebe-se a sistematização de instrumentos^(2,3) que trazem elementos clínicos e de educação em saúde para o reposicionamento da AF nos serviços de saúde, destacando a integração com os serviços e população e corresponsabilização com o processo de cuidado ofertado nos diversos níveis de atenção. Neste sentido, o presente trabalho ilustra a reformulação da Política de Custeio da AF (PCAF) em um estado da federação. **Objetivos:** Descrever a estratégia de reformulação da PCAF enfatizando a promoção do acesso de qualidade a medicamentos, atuando de forma integrada às redes, com foco na implementação e qualificação dos serviços farmacêuticos. **Material e Método:** A PCAF foi elaborada adotando unidade de análise bottom-up, inserida em racional de coalizões de defesa⁽⁴⁾. Iniciou-se coleta e diagnóstico online de dados e anseios de profissionais executores da AF nos municípios. Após tabulação foi elaborada revisão bibliográfica e proposta inicial. Posteriormente, oficinas ascendentes e transversais no âmbito dos setores correlacionados à PCAF na estrutura da secretaria de saúde, baseadas em brainstorming e painéis de especialistas apreciaram a proposta inicial, até validação da alta gestão. Finalmente ocorreu pactuação na Comissão Intergestores Bipartite (CIB), com publicação de instrumento normativo⁽⁵⁾. **Resultados:** A PCAF configura a primeira política de abrangência estadual no Brasil que remunera serviços clínico-farmacêuticos com base em produção e tabulação de indicadores em sistemas oficiais. Serviços de assistência farmacêutica (SAF) são indicados pelos municípios, com tetos de acordo com porte populacional e correção remuneratória com base no fator de alocação⁽⁶⁾. Conceituou-se SAF como um ou mais equipamentos de saúde, que atuem em rede visando a execução de ações técnico-gerenciais, técnico-pedagógicas e/ou clínico-assistenciais, sob supervisão de profissional farmacêutico devidamente habilitado nos termos legais. Mesmo com recente publicação, no comparativo entre julho de 2022 e março de 2023, há incremento de 230,77% na quantidade de municípios com produção autorizada no sistema ambulatorial (SIA-SUS) e 156,52% de aumento no volume de procedimentos faturados e autorizados no sistema da atenção básica (SISAB). **Discussão e Conclusões:** A PCAF sustenta-se na premissa de que a AF deve ser entendida para além do seu aparato logístico na provisão de medicamentos, inserindo-se na rede como ponto de convergência do cuidado. Ao se condicionar o repasse financeiro à execução de serviços, espera-se maior integração entre os farmacêuticos e outras equipes, criando ambiente que propicia melhor cuidado em saúde para os usuários.

Palavras-chave: Assistência Farmacêutica, Serviços Farmacêuticos, Cuidado Farmacêutico, Políticas públicas.